

# Boletim Econômico

## SINMETAL

Vol. 04 – 01/2006



### O impacto do novo salário mínimo.

O aumento do salário mínimo, ao mesmo tempo em que eleva o poder de compra do assalariado, impõe dificuldades a administração pública municipal.

A partir de 1º de abril de 2006, o salário mínimo passará dos atuais R\$ 300,00 para R\$ 350,00. O aumento representa um incremento nominal de 16,7%, enquanto que, em termos reais, o novo salário crescerá 12,23%. Será o maior valor real desde 1985. Em 1995, o poder de compra do salário mínimo era de 1,2 cesta básica, aos preços praticados em São Paulo. Em 2000, o salário mínimo comprava 1,28 cesta básica, enquanto que em 2003, 1,3. Aos preços de hoje, o novo salário mínimo comprará 2,2 cestas básicas.

De acordo com uma pesquisa do DIEESE, o aumento de R\$ 50,00 no salário mínimo, em um período de um ano, injetará na economia algo em torno de R\$ 25,5 bilhões, o que poderá resultar em maior dinamismo ao mercado. Já na visão mais realista da Federação de Comércio de São Paulo, se todo o aumento do salário for direcionado ao consumo, este apresentará crescimento de menos de 3%, o que é considerado pouco. Espera-se que parte do aumento seja desviada para o pagamento de dívidas, uma vez que o maior nível de endividamento se concentra entre aqueles que recebem salários mais baixos. Ainda, nas estimativas do Governo, ao aumentar o rendimento dos 24 milhões de trabalhadores e beneficiários da Previdência que recebem um salário mínimo, o impacto sobre a massa de rendimentos em 2006 será de mais R\$ 11 bilhões e de mais R\$ 2,6 bilhões na arrecadação tributária deste ano.

Apesar de proporcionar maior poder de compra e potencialmente, estimular a economia, o novo salário mínimo também poderá trazer conseqüências negativas em termos inflacionários. Uma maior pressão de demanda certamente influenciará o aumento dos preços,

fazendo com que o Governo reveja a trajetória de queda da taxa SELIC, o que efetivamente prejudicará a disposição de investimento do empresário, podendo minimizar o impacto do aumento do poder de compra sobre a produção.

---

Os R\$ 5,6 bilhões não previstos no Orçamento Geral da União de 2006, em função das medidas do Governo, terão que ser realocados.

---

Do ponto de vista das contas públicas, estima-se que o déficit da Previdência Social aumentará em R\$ 8,7 bilhões, totalizando R\$ 47,3 bilhões. Do total dos R\$ 8,7 bilhões, R\$ 7,4 bilhões irão para aqueles que recebem até um salário mínimo, enquanto que apenas R\$ 1,3 bilhão serão para benefícios acima do piso. Os Estados arcarão com R\$ 810 milhões e os Municípios com R\$ 1,12 bilhão. No que se refere ao aumento da folha de pagamento do funcionalismo público, o aumento do salário mínimo não representa grande acréscimo de custos, visto que, apenas 0,02% dos funcionários federais têm seus salários atrelados ao piso. Nos Estados, esta participação sobe para 0,55%, e nos municípios, 3,6%.

Espera-se que muitos municípios tenham dificuldades em arcar com o aumento dos gastos, haja vista a Lei de Responsabilidade Fiscal. Um estudo elaborado pela Confederação Nacional de Municípios concluiu que o novo salário mínimo representa um incremento real de 30% acima do crescimento da arrecadação municipal. Este fato, somado às perdas estimadas em R\$ 440 milhões do Fundo de Participação dos Municípios, decorrentes da correção da tabela do imposto de renda das pessoas físicas, em 8%, aponta para um ano difícil para a administração municipal.